

## A BEMFAM : DO PLANEJAMENTO FAMILIAR À ÉTICA DA EXISTÊNCIA

8

### BEMFAM : FROM FAMILY PLANNING TO THE ETHICS OF EXISTENCE

**MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Unesp/Araraquara  
E-mail: sol47monteiro@gmail.com

**MOMESSO, Maria Regina**

Professora-doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar – Unesp/Araraquara.  
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7342-577X>

#### RESUMO

Neste artigo, discute-se a política do planejamento familiar e a ética da existência, buscando-se tecer reflexões sobre a BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, enfatizando a política de planejamento familiar, com escopo nos motivos da esterilização em massa de mulheres mais pobres no período da ditadura militar. Destacam-se dados conexos e desconexos quanto ao cuidado de si na história, no sentido de problematizar na atualidade os cuidados da mulher em decidir sobre o seu próprio corpo em busca de saúde sexual e reprodutiva, não determinadas por bases padronizadas e fundamentadas na obediência incondicional e aos ditames impostos de múltiplas maneiras. Tais processos precisam ser refletidos e analisados por meio de uma postura ética e do cuidado, visto que mulheres foram protagonistas de ações governamentais, privadas de liberdade, de escolha e de decisões de vida. A pesquisa configura-se como teórica-bibliográfica e exploratória. As análises dos documentos, artigos científicos, entrevistas, textos jornalísticos e midiáticos assentam-se na perspectiva discursiva de Michel Foucault. Os caminhos percorridos para a reflexão compreendem a articulação de três lugares: o histórico, o político e o ético, construídos ao mesmo tempo em que se atravessam. Conclui-se que esta reflexão pode ampliar o debate atual sobre o planejamento familiar e a esterilização feminina, reconhecendo o direito da mulher, de sua cidadania, não apenas interesses políticos, econômicos e ideológicos, haja vista que o cuidado de si religa saberes e

práticas, aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e pode ser reconhecido como fundamento subjetivo.

**Palavras-chave:** Cuidado de si; BEMFAM; esterilização feminina; planejamento familiar; Michel Foucault.

## ABSTRACT

In this article, the family planning policy and the ethics of existence are discussed, seeking to weave reflections on BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, emphasizing the policy of family planning, with a focus on the reasons for sterilization in mass of poorer women in the period of the military dictatorship. Related and disconnected data stand out regarding the care of the self in history, in the sense of problematizing the care of women in deciding about their own body in search of sexual and reproductive health, not determined by standardized bases and based on unconditional obedience. and dictates imposed in multiple ways. Such processes need to be reflected and analyzed through an ethical posture and care, since women were protagonists of governmental actions, deprived of freedom, choice and life decisions. The research is configured as theoretical- bibliographic and exploratory. The analysis of documents, scientific articles, interviews, journalistic and media texts are based on Michel Foucault's discursive perspective. The paths taken for reflection comprise the articulation of three places: the historical, the political and the ethical, built at the same time they cross each other. It is concluded that this reflection can expand the current debate on family planning and female sterilization, recognizing the right of women, their citizenship, not just political, economic and ideological interests, given that self-care reconnects knowledge and practices, social, economic, environmental, cultural aspects and can be recognized as a subjective foundation.

**Keywords:** Self-care; BEMFAM; female sterilization; family planning; Michel Foucault.

## INTRODUÇÃO

A saúde tomada como questão social surge no Brasil na década de 1920, em plena expansão da economia cafeeira e da construção da sociedade capitalista. Esse momento teve como consequência o aumento da população, o crescimento das cidades sem infraestrutura, o mercado de trabalho não era absorvido por todos economicamente

ativos, culminando na pobreza, em doenças e na marginalização, conseqüentemente, a questão populacional foi-se constituindo como um problema político. Nas primeiras décadas do século XX, surgiram, na Europa e nos Estados Unidos, movimentos de caráter malthusiano que associavam a miséria ao crescimento populacional. Ao longo do processo de consolidação da sociedade capitalista, o Estado brasileiro adotou uma postura pró- natalista, porém, principalmente a partir dos anos 1960, pressões americanas forçaram a entrada, no Brasil, de entidades internacionais que tinham como principal objetivo controlar o crescimento populacional dos países pobres. Logo, os anticoncepcionais entram no mercado, e as mulheres, uma vez conseguindo desprender sexualidade de procriação, aderem principalmente à contracepção hormonal; contudo, sem assistência adequada, comprometem a sua saúde e tornam-se cada vez mais dependentes do sistema médico. Observa-se, desse modo, que essa postura natalista não foi implementada com políticas públicas adequadas às demandas daquele momento, bem como não havia interação e diálogo com o público feminino para a construção ética da natalidade.

Ao contextualizarmos com a história, reportamo-nos para 1964, quando se instala no Brasil a Ditadura Militar, instituindo progressivamente a censura e a repressão no país. Assim sendo, enquanto em países que mantiveram a democracia, observou-se a organização dos movimentos feministas promovendo amplas discussões, no Brasil as possibilidades de debate foram restritas, quando não, impedidas pela ditadura. Em 1964, após o golpe militar, surgiram dois fortes grupos de debates que, no final da década de 1970, passam a defender a regulação da fecundidade como direito de cidadania, reivindicando o controle sobre o corpo e contestando os interesses controlistas. Eram defendidos dois posicionamentos: o primeiro defendendo que o Brasil precisava povoar todo o seu território para enriquecer, sustentando a ideia de segurança nacional em que as causas dos problemas sociais não estariam relacionadas com o número da população. Dentro desse grupo encontravam-se os militares e a Igreja, que recriminava o sexo por prazer e a utilização de métodos contraceptivos artificiais. Já o segundo grupo era a favor do controle demográfico como forma de desenvolver o Brasil. Além disso, havia o temor de que, com o elevado crescimento demográfico, a economia se estagnaria ou não daria conta da demanda. Dentro deste grupo, encontravam-se alguns políticos e economistas.

A BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil - funda-se, nesse período dos anos 1966, como importante órgão de

divulgação de informações sobre métodos contraceptivos para mulheres pobres, principalmente no nordeste brasileiro. Em 1974, acontece uma impulsão, quando, a partir de um memorando secreto do secretário de Estado Henry Kissinger, o governo americano passou a despejar dólares e a fazer pressão diplomática em campanhas de esterilização no Brasil.

Segundo seus criadores, a BEMFAM tinha como objetivo inicial, desde a sua gênese, agenciar o planejamento familiar e reduzir o número de abortos realizados no Brasil. Aquela sociedade recebeu, dois anos após a sua fundação, o financiamento da IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar), uma entidade que foi criada em 1952, com sede em Londres.

O Relatório Kissinger defende o aborto como método anticoncepcional e aponta o trabalho das mulheres fora de casa como um incentivo a “ter menos filhos”. Elege os países pelos quais os EUA “têm interesses políticos e estratégicos”, o Brasil entre eles. A partir daí, generalizou -se a esterilização por ligadura das trompas. Seu principal mérito: era definitiva. Para justificá-la, o Relatório Kissinger insiste em que, nos países pobres, “o rápido crescimento populacional é uma das causas e consequência da pobreza” (KISSENGER, 1974, p. 200).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1986, 29,3% das mulheres entre 15 e 54 anos em união estável estavam esterilizadas; no mesmo ano, uma pesquisa da BEMFAM mostrava que 84% das esterilizações ocorreram entre 1978 e 1986. Para viabilizá-las, foi preciso incentivar o parto cirúrgico ou a cesariana. Convênios foram firmados com centenas de hospitais privados e, principalmente, públicos. As clínicas recebiam, em troca da adesão ao programa, doações em equipamentos e material de consumo. Com a justificativa de que se tratava de aperfeiçoar as operações, equipes foram treinadas para “aproveitar a cesariana” e suprimir a possibilidade de reprodução. Contou-se com a complacência dos médicos, que recebiam pela cesariana um pouco mais do que no parto normal, além dos subsídios da instituição promotora da esterilização. . No ano de 2003 os jornalistas Nilson Lage e Carlos Chernij veicularam para a revista IstoÉ-SP uma reportagem acerca da esterilização no país, reproduzindo o conteúdo do discurso do economista Glycan de Paiva, na década de 1990, o qual previa que se o Brasil não contivesse a natalidade se tornaria uma “fábrica de miseráveis” (IstoÉ SP on line, 01/03/2003).

Neste período, denota-se que as camadas mais empobrecidas do país se tornaram alvo das ações, tanto pela forma autoritária quanto pelas

suas metas estabelecidas, além do acesso à possibilidade do cuidado da saúde. Pontes (2009, p. 29) aponta que a adesão a essa ação do governo brasileiro oferecia vantagens para ambos os atores citados – médicos e empresas. Os médicos recebiam uma gratificação por cada esterilização realizada, muitas vezes logo após o parto; enquanto que as clínicas eram “presenteadas” com equipamentos e material de consumo, a autora ainda aborda que Marcos Bernardino de Carvalho, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em entrevista para a Revista Isto É, alerta que o “alvo das políticas controladoras da natalidade não era evitar a miséria e sim preservar a capacidade de pagar os grandes empréstimos. Um país que não para de crescer, na visão capitalista, pode não ter condição de quitar seus compromissos porque precisa fazer mais investimentos em educação, saúde e transporte” (IstoÉ SP on line, 01/03/2003).<sup>1</sup>

Consoante Menezes, p.115, em outubro de 1971, a BEMFAM foi elevada à categoria de “Full Member”. Essa instituição estaria ligada aos interesses de países desenvolvidos e, sob o pretexto de difundir informações sobre o planejamento familiar e promovê-lo, teria sido responsável pelo controle de natalidade de populações pobres.

Percebe-se, neste trabalho, que, nos periódicos da BEMFAM, esta instituição obedecia aos preceitos do regime ditatorial em deferência à manutenção da “moral e bons costumes”, buscando uma aproximação com aqueles que pensavam ser o controle de natalidade o melhor para o país. A demanda por ações dessa natureza, contudo, aumentava em consequência da ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e nos movimentos sociais, e, em 1974, após a Conferência Mundial de População de Bucareste, o governo brasileiro passou a considerar o planejamento familiar como um direito das pessoas e dos casais. Inicialmente voltado apenas para a gestante ou para a futura gestante, a partir da virada para a década de 1980, a questão do planejamento familiar passou a ter maior abrangência, em resultado dos questionamentos das mulheres que defendiam que tais políticas ocorressem no contexto da saúde integral da mulher, incluindo contracepção, atendimento ginecológico geral e não apenas reprodutivo, gestação, etc. O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi lançado em 1983, seguindo este direcionamento amplo. Somente na década de 1980, com a redemocratização do país, houve o atendimento de algumas reivindicações das mulheres no que se refere à saúde reprodutiva. Em 1983, foi criado o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, ligado ao Ministério da Saúde.

1 IstoÉ - SP (on line), 01/03/2003, disponível em: [http://www.terra.com.br/istoe/1744/ciencia/1744\\_corte\\_pela\\_raiz.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1744/ciencia/1744_corte_pela_raiz.htm)

Para Fonseca Sobrinho (1993), as mulheres, constituídas em coletivos, passaram a se organizar e a serem ouvidas quanto ao planejamento familiar e ao direito reprodutivo, a partir de 1975. É importante ressaltar que, já nessa época, o Brasil apresentava uma acentuada queda na taxa de fecundidade. O Programa incluía o planejamento familiar, oferecendo serviços e Neste período, também se tornou realidade a Comissão de Estudos sobre Direitos da Reprodução Humana, que deveria acompanhar as ações do Ministério da Saúde e oferecer subsídios para as políticas na área da reprodução – e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

### **BOLETIM DA BEMFAM**

O Boletim da BEMFAM começou a ser editado em março de 1967 e tinha como principal objetivo legitimar as atividades, visando ao planejamento das famílias. Os principais temas abordados naquele periódico referiam-se às ligações entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico, religião, aborto, saúde materna, meio ambiente, promoção da mulher, menor abandonado e outros. Posteriormente, seria substituído pela revista População & Desenvolvimento.

Esse Boletim foi produzido a partir da colaboração de Theognis Nogueira, na assessoria médica; José Maria de Arruda e Flórida M. Acioli, na assessoria sociológica; Claudinor Evangelista Filho, na parte de documentação; Evanil Nogueira Moreira, na redação e revisão; e Ceci J. Pereira, na diagramação e montagem. Walter Rodrigues era o diretor responsável e Márcio Ruiz Schiavo, o coordenador técnico. De acordo com o Boletim da BEMFAM de junho de 1972, “A 9 de fevereiro de 1967, o Comitê Executivo da IPPF decidiu oficialmente a aceitação da BEMFAM como membro filiado à Federação Internacional de Planejamento Familiar” (FONSECA, 1993, p. 102).

A BEMFAM, apesar de constantemente colocar o Planejamento Familiar como um direito e escolha dos maridos, observa-se que o objetivo real era legitimar as atividades visando ao planejamento das famílias, deixando-nos descortinar, nas páginas de seu Boletim, que aquele tema, na prática, deveria deter-se apenas à intimidade dos cônjuges, denotando obscurantismo de se tratar o sexo “objeto de disputa, e disputa pública” (FOUCAULT, 1988, p. 29).

O Planejamento Familiar é uma meta e um objetivo de todos os brasileiros conscientes voltados para o BEM-ESTAR e o DESENVOLVIMENTO do BRASIL. Una-se a

nós nesta causa. Precisamos de todos. VOCÊ, TAMBÉM, É RESPONSÁVEL PELO FUTURO E DESTINO DE NOSSA PÁTRIA (BOLETIM DA BEMFAM, ano V, nº 9, 1971, p. 8).

Posteriormente, seria substituído pela revista População & Desenvolvimento, que teve seu primeiro número publicado em novembro/dezembro de 1985. Os dois periódicos têm formatos e temáticas que se assemelham, ainda que População & Desenvolvimento tenha um formato mais dinâmico. O livro Falando de AIDS: um guia para o trabalho comunitário foi publicado pela BEMFAM em 1989, com fundos que foram disponibilizados pela IPPF. Foi destinado àqueles que estavam envolvidos no aconselhamento de saúde sexual e AIDS na comunidade (BEMFAM, 1989).

A BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil - figura como importante órgão de divulgação de informações sobre métodos contraceptivos para mulheres pobres, desde a segunda metade dos anos 1960, principalmente no nordeste brasileiro.

Na contemporaneidade, ao se fazer uma pesquisa simples de busca na internet com a expressão “boletim da BEMFAM”, o usuário é direcionado a diversos sites informativos, artigos de periódicos, cartilhas e outros que citam os boletins em suas referências. Ao ser colocado apenas o termo BEMFAM, o buscador direciona o internauta ao site do Ministério da Saúde “Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”; na barra de ferramenta horizontal, no alto da página, tem-se o link Biblioteca, com 17 páginas contendo as publicações de 2022 a 2006, entre elas boletins, protocolos, relatórios, testes e outros. Todas essas publicações são voltadas para doenças sexualmente transmissíveis e outras infecções, como tuberculose. Ao se buscar “site BEMFAM”, também se é direcionado em primeiro lugar a essa mesma homepage e, três links abaixo, encontra-se um blog denominado “BEM JOVEM” - um programa da BEMFAM com o objetivo de desenvolver estratégias para a promoção da saúde e de direitos sexuais e direitos reprodutivos de adolescentes e jovens entre 10 a 24 anos, a partir da perspectiva da assistência social com fortalecimento de vínculos familiares e promoção da saúde (<https://bemjovem.wordpress.com/about/>). Neste blog, tem-se uma aba explicativa do que é a BEMFAM e o site <http://www.grupobemfam.org.br/bemfam/>, o qual está fora do ar.

## **PLANEJAMENTO FAMILIAR**

A Lei de Planejamento Familiar – 9.263/66 – implementada no Brasil em 1996, foi um marco para os direitos sexuais e reprodutivos

femininos no país, regulamentando questões como a esterilização cirúrgica e proibindo políticas demográficas impositivas e que não respeitassem a autonomia da mulher. O Planejamento familiar, como uma ideia formulada neste termo preciso, surgiu nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século e tornou-se difundido a partir de meados da década de 1950, como referência à capacidade de regular e de controlar a fertilidade (controle de natalidade), embora, antes disso, as pessoas já conhecessem e usassem as mais variadas fórmulas para fazer este controle.

Hodiernamente, a expressão planejamento familiar tem sido utilizada com referência ao direito fundamental de uma pessoa que possa fazer escolhas sobre ter ou não ter filhos e o tamanho ideal de família, assim como ter acesso a todo o conjunto de condições necessárias tanto para o exercício desse direito quanto para a criação digna dos filhos, como moradia, alimentação, saúde, educação, equipamentos públicos de cuidado, segurança e lazer (CORRÊA e PETCHESKY, 1996; COSTA, 2009; ROSS e SOLINGER, 2017). Del Priore (1993, p.173) aponta que, desde o século XVI, a preocupação quanto às questões de gerar filhos estava contida não só em textos teológicos, mas também na literatura e em textos médicos. A autora acentua que, no Brasil Colônia, a medicina, na incapacidade de uma compreensão mais científica do corpo feminino, avaliava a capacidade de fecundação “pelos ciclos cósmicos e a presença de um aparelho 'a madre', absolutamente imprevisível: ora adormecida, ora ativa como um vulcão.”

No decorrer do tempo, este termo sofreu transformações, envolveu-se em diversos debates e discussões, inserido nas questões de economia, demografia, políticas populacionais, saúde materna e da mulher e, na década de 1980, o debate sobre direitos humanos, para além de “planejamento familiar”, expressões como “controle da natalidade”, “política populacional”, “paternidade responsável”, “bem-estar da família”, “regulação da fecundidade” e “direitos reprodutivos” foram invocadas por diferentes atores sociais para se referir a esse processo de controle da capacidade reprodutiva, ainda que cada uma delas carregasse consigo conteúdos ideológicos e valorativos muito particulares (ALVES, 2006).

Para Del Priore (2011, p. 132), “nada de controlar o tamanho das famílias, mas de cuidar dela para não produzir casamentos desfeitos com suas conseqüências: alcoolismo, delinquência, marginalidade”. Sendo assim, esse cenário que moldou a constituição de um “pró-natalismo difuso, higienizante, eugênico, racista, ‘ordeiro’ e ‘progressista”



(FONSECA SOBRINHO, 1993, p. 188), permaneceria hegemônico na cultura brasileira até o início da ditadura militar. Há registros do recurso a ervas, abstinência sexual, aborto, coito interrompido, amamentação prolongada, infanticídio, práticas sexuais não reprodutivas, pessários, poções e casamentos tardios, tudo como forma de evitar ter filhos (RODRIGUES, 1990).

No tocante ao planejamento familiar, conforme seus criadores, o Boletim mensal BEMFAM, conhecido porta-voz do "planejamento familiar", reproduz constantemente os pronunciamentos de homens públicos adeptos de suas ideias.

Conforme estudos de Aleixo (1974) acerca das pesquisas de Rodrigues (1973),

Em 1973, em entrevista à TV, declarou o Ministro da Saúde Machado Lemos: "Sou favorável ao planejamento familiar no País, pois permite aos casais ter o número de filhos que desejarem. O planejamento familiar é sinônimo de racionalização, pois não é possível que os casais de baixo poder aquisitivo estejam sujeitos por ignorância ou impossibilidade econômica, a ter um número de filhos muito acima daqueles que podem criar. Está provado também que, quanto maior for o número de filhos, maior é o índice de mortalidade infantil. O planejamento familiar é o direito humano e como tal deve ser respeitado." (RODRIGUES, 1973 apud ALEIXO, 1974, p. 34).

A BEMFAM tinha como objetivo inicial, desde a sua gênese, agenciar o planejamento familiar e reduzir o número de abortos realizados no Brasil. Aquela sociedade recebeu, dois anos após a sua fundação, o financiamento da IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar), uma entidade criada em 1952 e que possui sede em Londres. Esta instituição, segundo os seus fundadores, não aparecia, nos escritos daqueles que compunham a BEMFAM, como uma possibilidade para as prostitutas (MENEZES, 2017, p. 2). Essa possibilidade talvez não tenha sido contemplada, pois, para a sociedade daquele momento histórico, o perfil de mulher familiar que perpassava os documentos aqui analisados não admitia as mulheres marginalizadas, consideradas libertinas por essa sociedade. Portanto, para a sobrevivência daquele órgão, era melhor que aquela instituição agisse com cautela em tempos de ditadura civil-militar, em que o ideal de mulher, de família era resgatado mediante a expressão de subjetividade "as rainhas do lar", como eram tomadas nas propagandas de eletrodomésticos daquele tempo.

O conservadorismo não se limitava aos militares e ao governo, mas estendia-se a homens e a mulheres comuns. Ações e discursos que não entrassem na ordem “da moral e dos bons costumes” poderiam inviabilizar a atuação da BEMFAM.

Figura 1: Semanário de outubro de 1971



Fonte: Laranjeira (2016).

Soma-se a isso o discurso religioso, que rechaçava o plebiscito sobre o divórcio. Os títulos das matérias desta página do Semanário em questão colocava a instituição familiar sob a mira de vários inimigos: os comunistas e o plebiscito divórcio. Na realidade, o que pode se observar é que havia até o desejo de se planejar a família, mas tal planejamento não poderia perpassar pelo diálogo com a personagem principal desse planejamento sendo “a mulher”. Era algo que deveria ser decidido pelo casal, mantendo-se assim a instituição casamento e família dentro das prerrogativas conservadoras do momento, em que a decisão final quase sempre era a do patriarcado. Desse modo, um dos objetivos do planejamento familiar, naquele período, pautava-se em oferecer aos casais decidir o número de seus filhos e o espaçamento entre eles.

A BEMFAM, em seu discurso, coloca-se como uma instituição promotora de ações de assistência social básica, de defesa e de promoção dos direitos sociais, socioambientais, sexuais e reprodutivos,

individuais e coletivos, com vistas ao desenvolvimento social e à melhoria da saúde, ampliando o acesso da população. Tal instituição assume um lugar social de fala que informa e forma a opinião de seu público, direcionando-o para as ações, ou seja, para o modo de pensar, ser, sentir e agir no mundo, de forma a conduzir o modo de existir familiar, em especial, no modo de condução da mulher. Diretamente ou indiretamente, as práticas discursivas existentes nos discursos presentes, em suas publicações, constituem o modo de ser mulher, de constituição familiar em um determinado tempo e lugar, especificando as ações e os comportamentos dos atores da família quanto ao planejamento da vida familiar. Observa-se, então, que o planejamento familiar era conduzido não pela instituição família, mas sim, por outras instituições, como a religião, o governo, os militares etc.

Na 41ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (09 a 15 de julho de 1989 – Universidade Federal do Ceará)<sup>2</sup> um dos temas recorrentes para o debate foi o Planejamento Familiar e a redução da família em prol do desenvolvimento brasileiro. Outras questões polêmicas também estavam em pauta, tais como o aborto e o comportamento da mulher e dos médicos pós- pílula abortiva (RU-486), cuja pílula mudava a relação com o aborto cirúrgico.

Nesse sentido, a BEMFAM encontrava-se como única instituição não governamental que se colocava como orientadora/educadora e assistia o planejamento familiar visando à saúde e aos direitos humanos. Márcio Schiavo (1989), no final dos anos 1980, era o secretário executivo da BEMFAM e, em entrevista no “Tome Ciência – Planejamento Familiar” da TVE do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, questionava: “Como devemos, nós da área do planejamento familiar, ver nossas atividades a partir da próxima década (1990)?” (SCHIAVO, 1989). O jornalista, nesta entrevista, interpela-o colocando que ele pensa no futuro, mas que, naquele momento, deveriam se remeter ao passado quando a BEMFAM era acusada pela esterilização de mulheres. Schiavo (1989), então, responde que a BEMFAM fez um trabalho pioneiro, sendo a única instituição a trabalhar no Brasil com planejamento familiar, o que gerou várias críticas de extremos políticos e ideológicos, causando estigmas, tendo isto sido um incômodo por vários anos. Defendeu que a BEMFAM poderia ter cometido erros, mas não o da esterilização em massa, ou à força, ou mediante manipulação de consciência. Mas, ao contrário, a instituição sempre procurou garantir a liberdade de escolha, de opção de mulheres e de homens na definição de qual método seria o mais apropriado (SCHIAVO, 1989).

<sup>2</sup> Ver <http://portal.sbpnet.org.br/eventos/41ra/>

<sup>3</sup> Ver canal Tome Ciência <https://youtu.be/hiXdkAo4DAU>

O representante legal da BEMFAM deixa claro o lugar de fala da instituição: o de orientar, o de formar a opinião de mulheres e homens sobre qual método seria o mais apropriado. Esse lugar de fala parece permanecer até os anos de 2013, quando podemos observar, conforme banner digital abaixo, veiculado em uma rede social da BEMFAM, que “O filho planejado jamais será abandonado”.

Figura 2



Fonte: <https://www.facebook.com/bemfam/photos/a.391635904248858/512544715491309>

Contudo, questionamo-nos: o planejamento familiar garante que a criança não seja abandonada? Em resposta, temos que o planejamento familiar, embora representando como um caminho em direção à construção da cidadania feminina, na prática, reflete interesses contraditórios que se confrontam numa luta entre as instâncias políticas, sociais, econômicas e de poder.

Compreendemos a importância das instituições em ajudar a promover a saúde e os direitos humanos, mas coloca-se em questão: Até que ponto a decisão de um planejamento familiar deve ser perpassada por uma instituição? A pergunta “que família queremos ter?” deve ser feita pelo Estado, por Instituições não governamentais ou pelos indivíduos envolvidos dentro da família?

Na mesma entrevista de Schiavo (1989), encontrava-se a Dr<sup>a</sup> Ana Maria Lipke (1989), então secretária-geral do Conselho Federal de Medicina, que esclareceu que a ética médica não entende planejamento familiar como forma de erradicação da pobreza, como política demográfica, mas sim, como uma opção individual, uma ação de saúde a qual nunca deve ser feita de forma coercitiva. E o planejamento familiar envolveria tanto métodos contraceptivos quanto métodos conceptivos (LIPKE, 1989).<sup>4</sup>

Frente a essas duas concepções de planejamento familiar e ético, pensamos que qualquer questão envolvendo o sujeito deve ser permeada, em primeira instância, por uma ética de si, pelo cuidado de si, nos termos foucaultianos. Como decidir por um planejamento familiar, se o sujeito não se conhece, não compreende sua realidade, não compreende o modo como se constitui enquanto sujeito para fazer as escolhas que faz?

### **MODOS DE EXISTIR E PLANEJAR A FAMÍLIA: TECNOLOGIAS DE SI**

Foucault (2004) argumenta que os modos como os sujeitos se constituem podem possibilitar ao indivíduo o enfrentamento de sua realidade, a partir das tecnologias de si.

As tecnologias de poder, as tecnologias do eu e a relação entre ambas configuram, para Foucault, o modo como os homens exercem poder sobre si mesmos. As 'artes da existência' tiveram uma importância considerável em nossas sociedades, sendo que Foucault aprofundou seus estudos sobre aquelas exercidas na antiguidade clássica. Deve-se entender, com isso, práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 1998, p.15).

Para compreender as tecnologias do eu, torna-se fundamental o conceito de poder. O poder, em Foucault, não se reduz a um conceito simplificado, como o conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos ao Estado. Ressalta-se que, para Foucault (2008, p. 119), corpos dóceis são corpos maleáveis e moldáveis, o que constitui, por um lado, que a disciplina se contém ao corpo num ganho de força pela sua utilidade; e, por outro lado, perde força pela sua sujeição à obediência política. Como explicita o autor, "(...) se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, pronunciemos que a coerção disciplinar constitui-se no corpo na ligação coercitiva entre

4 Ver canal Tome Ciência, disponível em: <https://youtu.be/hiXdkAo4DAU>

uma capacidade acrescida e uma dominação acentuada" (FOUCAULT, 2008, p. 119).

O planejamento familiar constitui-se em um tipo de organização política do modo de existência de determinada família. Essa política incide em ações e práticas que determinam o planejamento do número de filhos, da gravidez e os intervalos entre elas, os direitos sexuais, etc. Consequentemente, atua de forma premente na construção das formas de subjetividades dos casais e dos sujeitos envolvidos. Os casais, as famílias, as mulheres e os homens nesse processo são conduzidos a determinadas práticas de planejamento familiar por indução dessas políticas ou por conhecimento de si mesmos, de suas relações, de seus direitos.

No Brasil, o planejamento familiar está inserido no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM, do Ministério da Saúde, como uma das atenções básicas de saúde. Entretanto, nem sempre tem sido posto em prática, a não ser por algumas secretarias de saúde, apesar das dificuldades na implantação desse atendimento.

De acordo com Foucault (apud FERREIRINHA E RAITZ, 2010, p. 379),

[...] as técnicas e as práticas que induzem ao comportamento da internalização de movimentos sem questionamentos são chamadas de tecnologias do eu. As tecnologias de poder como produtoras da subjetividade, a análise arqueológica e a análise genealógica são alguns dos procedimentos teórico-metodológicos que podem ser utilizados para analisar a construção histórica de uma visão mecanicista e reducionista da sociedade.

Alicerçando-nos nos dizeres supracitados, entendemos que as técnicas e as práticas que induziram à internalização de movimentos que não questionam o planejamento familiar ou o controle da natalidade abarcaram três posicionamentos diferentes: o das feministas, preocupadas com os direitos da mulher; a dos neomalthusianos, que advertiam que somente o controle da natalidade poderia evitar uma catástrofe ecológica, e a dos eugenistas, que viam no controle da natalidade uma oportunidade para o que consideravam "melhoramento genético". Os três posicionamentos parecem convergir para um modo de existir que se fixa no controle e na organização familiar de forma a não promover nos sujeitos envolvidos a ética do cuidado de si, ou seja, os sujeitos não decidem o planejamento familiar a partir da elaboração de suas próprias regras, pautadas em seus desejos e suas vontades. O

planejamento familiar parece ser acatado não pela condução dos sujeitos por eles mesmos, por se autoconhecerem e conhecerem o seu próximo, o conhecimento pautado no desejo e vontade de uma “família” idealizada e/ou consentida por um conhecimento ético e, por conseguinte, pela consciência e pelo conhecimento das condições de produção de sua realidade, mas sim pela condução de políticas e práticas discursivas que os conduzem a esse planejamento.

Por exemplo, no caso da teoria Neomalthusiana, o argumento para o planejamento familiar assentava-se em uma manipulação das emoções, colocava-se a necessidade do planejamento familiar no alardeamento da pobreza, isto é, sem o controle da natalidade, o crescimento populacional geraria a pobreza de todo o globo, bem como o posicionamento hiperbólico e catastrófico voltado para uma ecologia humana. E a dos eugenistas centrava-se numa visão racionalizada e biologizante.

Ao voltarmos à questão do planejamento familiar visto sob o prisma da temática da sexualidade, pode-se pensar com Foucault (1995), que reflete a sexualidade como uma busca do indivíduo para entender a relação consigo. Este estudioso assevera que, quando se trata da sexualidade, ao sujeito não é permitido dizer a verdade sobre si nas práticas e nos discursos que se regem pela sexualidade. Mostra-nos que essa relação pauta-se nos “jogos de verdade” que se constituem na sociedade. Nos exemplos acima analisados, seja na teoria Neomalthusiana ou na eugenista, esses jogos de verdade são permeados pela confissão com presença na justiça, outros na religiosidade e outros nos costumes populares, uma vez que a conduta sexual possui regras rígidas e bastante difundidas na sociedade.

A sexualidade é um dispositivo que envolve presentemente “o dizer a verdade sobre si”, conseqüentemente, os “jogos de verdade” incidirão sobre o comportamento corporal, o que provocará o aparecimento de tecnologias disciplinares, quase sempre individualizantes, controladoras da procriação, de sua vigilância e autopunição. Destarte, os jogos de verdade reiteram as biopolíticas como nos exemplos acima. Foucault (1999a, p. 300) nos mostra isso claramente quando afirma: “A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população”.

Ao retomarmos a questão do planejamento familiar, vemos na história que a contracepção hormonal foi desenvolvida nos Estados Unidos, na década de 1960, como o primeiro método de prevenção da gravidez com quase 100% de eficácia nos Estados Unidos e na Europa.

Certos determinantes sócio-históricos, como a eugenia e os movimentos feministas, mesmo que pareçam contraditórios, convergem claramente nessa direção. Um dos resultados da introdução da pílula anticoncepcional repercutiu o discurso da “revolução sexual”, apontando a necessidade de modernizar a vida das mulheres, e apoiou-se como novas formas de incentivar, de motivar e de modernizar práticas para viver a afetividade, a sexualidade e a reprodução, prometidas pela medicina com amplos efeitos na dinâmica social, cujas repercussões se estendem até nossos dias. Especificamente no Brasil, pouco se sabe sobre a introdução da contraceção hormonal. Desde o seu lançamento em 1962, o primeiro anúncio da medicação ocorreu por meio de um breve comunicado de imprensa “Progressos da Medicina”. Recordar-se que a chegada da pílula ocorreu em um período de grande efervescência política, quando o país passava por um breve período parlamentar.

A ideia de controle de natalidade ganhou força a partir da década de 1950, disseminando a ideologia dos nomeados neomalthusianos de que o rápido crescimento populacional poderia ser uma barreira ao desenvolvimento, visto que canalizaria a maior parte dos recursos econômicos para adultos e jovens, em detrimento dos investimentos produtivos. Dessa forma, os países do chamado Terceiro Mundo ficariam presos em um círculo vicioso, no qual o alto crescimento populacional impossibilitaria a redução da fecundidade. As informações foram obtidas nas Conferências Mundiais de População, realizadas em Roma (1954) e Belgrado (1965), que foram marcadas pela preocupação com a explosão populacional, inclusive com menção aos anticoncepcionais modernos.

Como já afirmado, a BEMFAM representava uma exemplar forma de institucionalizar o controle de natalidade. Além do trabalho desenvolvido junto à classe médica, a BEMFAM procurava veicular suas ideias não somente no meio jornalístico, mas principalmente na mídia especializada, dirigida a médicos, políticos, professores e economistas, isto é, autores com autoridade social para legitimar os discursos controlistas e aumentar a penetração social dos mesmos. Em pouco tempo, a entidade promoveu 49 seminários procurando em suas ações controlistas a multiplicação dos seus defensores.

O atendimento gratuito, semelhante ao oferecido pelo Serviço de Orientação à Família (SOF), aos poucos foi se espalhando pelas capitais do país, em parceria com algumas prefeituras e instituições religiosas protestantes. Em 1971, 60 dessas unidades estavam distribuídas por todo o país. No entanto, essas organizações eram alvos constantes de críticas e denúncias, sendo acusadas, principalmente, de genocídio e



de esterilização em massa, atendendo a interesses internacionais que objetivavam controlar a população nos países subdesenvolvidos.

Pode-se observar que a difusão da pílula anticoncepcional, no período de sua introdução no Brasil, não se deu por meio de revistas femininas, tal como a revista Cláudia, lançada em 1961, sendo a primeira e, durante muito tempo, a única que tratou de assuntos até então considerados exclusivos para o público masculino. Assim, logo se mostrou inovadora em muitos aspectos, trazendo temas inéditos ao universo feminino, como os relacionados ao sexo e à independência financeira das mulheres. Também as revistas Querida (1962-1971), Jornal das Moças (1962-1965) e Capricho (1962-1972) não tratavam deste assunto, o que sugere que a temática não pertencia ao universo das mulheres, ainda que fosse a primeira geração que poderia separar a reprodução por sexo. Antes, a divulgação era feita por meio de jornais e revistas voltados ao grande público, no contexto de preocupação com a explosão demográfica, em que a pílula aparecia como uma excelente arma contra o crescimento desordenado da população e contra o aborto; contudo, apesar de intensos debates no país, poucos tratavam de questões científicas, priorizando os problemas morais, políticos e religiosos. A informação que possibilitaria às mulheres das classes mais privilegiadas fazer uma escolha informada pelos contraceptivos hormonais era amplamente estudada e discutida em cursos pré-nupciais para moças, ministrados por médicos ginecologistas, prioritariamente entre a população mais abastada que arcava com os custos. Nos estratos mais populares, as orientações sobre contracepção no período coberto foram prestadas com destaque por entidades voltadas ao controle da natalidade, como BEMFAM e SOF. Os resultados obtidos podem ser ampliados analisando as informações fornecidas nos programas curriculares e livros didáticos, bem como em pesquisas do desenvolvimento da educação sexual no país, projeto a ser proposto para se produzir posteriormente.

Nesse direcionamento, é possível perceber, nos textos divulgados pela instituição, uma postura cuidadosa e que tenta adequar-se à situação do país. Assim, embora fosse feita uma defesa da contracepção “moderna” (pílulas e DIUs), havia, em geral, uma preocupação em não apresentar opiniões que viessem a ser entendidas como uma afronta aos “costumes sadios”. Mesmo que seus textos tivessem uma circulação restrita, pensamos que a BEMFAM, que surgiu menos de um ano após a instalação de uma ditadura militar, seguia os ditames do regime, e as usuárias de seus serviços em nada deveriam se assemelhar às militantes

de esquerda, como as estudantes que estavam no Congresso da UNE (União Nacional dos estudantes), em 1968, e que tiveram cartelas de pílulas apreendidas. Chama atenção o fato de que, até os dias atuais, a BEMFAM nunca ter tido uma mulher em sua Presidência. Além disso, apenas uma mulher ocupou o cargo de Secretária Executiva: ela se chamava Carmen Calheiros Gomes e exerceu essa função durante sete anos (1990-1997).

As décadas de 1970 e 1980, anos em que o país viveu majoritariamente sob o regime de ditadura militar, deram início ao debate sobre esterilização humana como solução para o combate do acentuado crescimento populacional, situação que prejudicava um Estado que estava em processo de redemocratização e retomada da autonomia social e econômica. A laqueadura tubária, levantada como solução para reduzir o número de gestações e, conseqüentemente, o crescimento demográfico, concentrou-se em mulheres negras e pobres.

Para o movimento negro da época, a esterilização era o procedimento, operado pelo Estado, que visava justificar o genocídio da população negra e pobre (HITA, 2000). Ou seja, o discurso político usado à época como preocupação com o progresso nacional nada mais era que uma maneira de legitimar a esterilização em massa de uma parcela da sociedade que o Estado entendia que não mais deveria se reproduzir. A partir dessa realidade, movimentos sociais, dentre eles feministas e da população negra, denunciaram a esterilização massiva em mulheres negras e periféricas, o que culminou na instauração de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) no início da década de 90, período em que a esterilização se popularizou ainda mais no país. A CPI da esterilização, como ficou denominada, utilizou-se de pesquisas a partir de dados coletados à época, com o intuito de investigar as causas e conseqüências do procedimento, que se conduzia de forma totalmente indiscriminada, demonstrando que mais de 45% das mulheres brasileiras em idade reprodutiva estavam esterilizadas.

Acorde apontamentos de Rocha (1992, p. 26),

No âmbito das atividades ordinárias do Congresso, o assunto foi objeto de inúmeros pronunciamentos, de diversos projetos de lei, de pareceres, discussões e reuniões públicas nas Comissões Permanentes, além de ter motivado a realização de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs).

Um dos aspectos centrais era a legitimidade ou ilegitimidade do Estado em traçar programas de controle da natalidade. Por outro lado, o governo sofria pressões internacionais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para adotar políticas controlistas.

Constatou-se que o maior percentual de mulheres esterilizadas foi encontrado nos estados de regiões que concentravam, à época, e, ainda hoje, permanecem os maiores índices de pobreza no país e onde se concentravam uma maioria populacional negra, demonstrando que a saúde reprodutiva destas mulheres foi desprezada pelo Estado ao disseminar e adotar como prática recorrente a esterilização, em detrimento de políticas públicas de saúde da mulher, incluindo a saúde reprodutiva (ALVES, 2014).

No Brasil, na primeira década do século passado, realizou-se um projeto racista de miscigenação e de imigração controlada. As teorias científicas da época afirmavam a superioridade genética dos brancos em relação às demais raças, motivo pelo qual se adotavam práticas destinadas ao desaparecimento da população negra e indígena do país (MARTINS, 2017). Posteriormente, no período da ditadura militar, sob a influência norte-americana, cirurgias de esterilização eram oferecidas a mulheres negras e indígenas das áreas periféricas, conforme narrativa de Jurema Werneck, em entrevista ao portal [almapreta.com](http://almapreta.com):

O Brasil, povoado majoritariamente por indígenas e afrodescendentes, viveu um forte movimento eugenista que influenciou a adoção de práticas extraoficiais de esterilização de mulheres, a maioria delas negras, indígenas, pobres. [...] O que se via era que a cirurgia de esterilização - procedimento caro, sofisticado se comparado aos usos de camisinha, pílula ou qualquer outro método anticoncepcional – era disponibilizada para mulheres negras e indígenas, das áreas mais pobres, e que não tinham acesso às informações adequadas e a métodos seguros de prevenção de gravidezes indesejadas (MARTINS, 2017, s/p.).

Assim, nas décadas de 1970 e 1980, houve um enorme crescimento do número de mulheres esterilizadas. Por um lado, não havia políticas públicas voltadas à educação sexual e ao acesso a métodos contraceptivos; por outro, promovia-se uma cultura de esterilização, viabilizada pelo desconhecimento social acerca do caráter irreversível da laqueadura, que afetava de forma desproporcional a população negra (CAETANO, 2010).

Alves (2017, p. 187) pontua que, em matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, em maio de 2010, a regulação da fecundidade se deu, principalmente, pelo aumento do uso da pílula e da laqueadura tubária. Os dois métodos eram empregados por 54,7% das mulheres unidas em idade reprodutiva em 1986 e por 60,8% delas em 1996. Porém, em 1986 havia 1,1 mulher laqueada para cada uma que usava pílula. Em 1996, para cada mulher usando a pílula, duas estavam laqueadas. Esta situação se configura na ausência de programas públicos de planejamento familiar, o que converte a farmácia na principal via de aquisição da pílula, e o hospital público ou privado, no meio propiciador da cesárea e da ligadura de trompas.

Por sua vez, a ditadura impôs o controle da natalidade por meio da BEMFAM, o que levou milhões de mulheres a serem esterilizadas. O governo militar assumiu um caráter ambíguo: mantinha uma postura oficial de não intervencionismo na vida reprodutiva, mas, na prática, abria caminhos, com subsídios e facilidades substanciais para ações antinatalistas, com acordos entre as secretarias de saúde e a BEMFAM nos diversos estados brasileiros, priorizando os mais pobres, impondo a esterilização em massa.

Os serviços públicos de saúde não ofereciam sequer informação e muito menos orientação quanto ao uso dos meios contraceptivos. Esta postura contribuiu enormemente para a expansão das esterilizações femininas. Os índices apresentados naquela época já eram altíssimos: em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos se encontravam esterilizadas (trompas ligadas), enquanto 12,5% usavam pílulas; em Manaus, 33% das mulheres estavam com as trompas ligadas; 17%, no Piauí, 15%, em São Paulo. Estavam excluídas destes cálculos as mulheres esterilizadas por outros motivos, como abortos mal feitos ou pelo uso inadequado de pílulas ou do DIU (folha de São Paulo, 17/07/1983). A ação da BEMFAM e de outras entidades congêneres, com o suporte do estado brasileiro, reduziu drasticamente os índices de fertilidade no Brasil, inclusive em áreas com baixa densidade demográfica, como a Amazônia. As mulheres foram assunto censurado e proibido pela ditadura. A Revista Realidade de nº 10, de janeiro de 1967, foi totalmente vetada pela censura por apresentar o resultado de uma pesquisa sobre o que pensavam as mulheres brasileiras (1.200 mulheres foram entrevistadas nesta pesquisa): segundo os censores, o que determinou o veto total à revista foi a reportagem “Assista um parto até o fim”. A foto da mãe que acabava de ter o bebê mostrava uma mulher de costas. Não havia

nenhuma exposição dos órgãos genitais da parturiente. Mesmo assim, os censores alegaram que era “um atentado à moral e aos bons costumes”.

O jornal Movimento, de número 45 (1976), tratava da situação das mulheres no trabalho e teve sua edição totalmente apreendida. Até as tabelas do IBGE foram proibidas; portanto, as brasileiras, mesmo com informações truncadas ou sem informações, reinventaram formas de sobrevivência e de realização pessoal e social, sob a mais arrefecida da ditadura.

Outro aspecto da participação das mulheres refere-se àquelas que militavam nas organizações de esquerda. Na luta contra a ditadura militar, deve-se ressaltar a participação dessas mulheres nas mais de 40 organizações de esquerda, clandestinas, sob a ameaça de extermínio, o que depois de fato aconteceu. A ditadura dizimou todas as organizações de esquerda na última etapa da repressão, mesmo aquelas que não participaram da luta armada. Houve mulheres que participaram da guerrilha urbana e rural. Os índices de participação feminina não são nada desprezíveis. De acordo com o “Brasil Nunca Mais”, das 7.367 pessoas que foram processadas pela Justiça Militar, 88% eram homens e 12% eram mulheres. O Estado Maior do Exército fez um estudo de presos políticos (pertencentes aos movimentos guerrilheiros) que se encontravam em quartéis no ano de 1970, ou seja, um total de mais de 500. Segundo este estudo, 56% eram estudantes, a idade média era de 23 anos, sendo que 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia (ocorrida no Sul do Pará entre 1972 a 1975), dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17 % eram mulheres.

Michele Perrot questiona:

Silenciosas as mulheres? – Mas elas são as únicas que escutamos, dirão alguns de nossos contemporâneos, que, com certa angústia, têm a impressão de sua irresistível ascensão e de sua fala invasora. [...] Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento (PERROT, 2005, p. 09).

## O RETORNO DA BIOPOLÍTICA NAS TRAMAS DOS DISCURSOS

O processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura, os valores a elas atribuídos, a escolha e o direito reprodutivo da mulher não podem servir para julgar como parâmetro as pessoas que não receberam educação e por isso elas aumentam suas famílias para receberem mais benefícios sociais; não se trata de oferecer uma educação com uma formação ética e responsável.

A biopolítica, por outro lado, apresenta-se relevante, buscando disciplinar corpos para que vivam dentro da lógica capitalista, para que se tornem socialmente assujeitados, higienistas e para que produzam e gerem resultados. Foucault aproximou os conceitos de biopoder e de biopolítica ao poder disciplinador e normalizador – cujo surgimento se deu ao longo do século 18 e, particularmente, na chegada do século 19, e que já não se exercia sobre os corpos individualizados. Essa aproximação se justifica pela verificação da dominação da vida e do corpo do povo pela política estatal.

Veiga-Neto (2011) assevera que, enquanto para o liberalismo clássico a liberdade de mercado consistirá em deixar as atividades econômicas a seu curso espontâneo, tem-se com o neoliberalismo uma ativa produção e regulação da economia através do estímulo à competitividade. Dessa maneira, os processos econômicos não devem ser entregues à ordem de sua própria natureza; eles necessitam “ser continuamente ensinados, governados, regulados, dirigidos, controlados” (VEIGA-NETO, 2011, p. 39).

No decorrer do seu mandato, em 2003, Bolsonaro já havia manifestado que os programas sociais promovidos pelo Governo Federal teriam a “utilidade de incentivar os pobres a ter mais filhos e, com isso, aumentar a fatia que recebem os benefícios” (BRAGON, jornal de 13 de junho de 2018).

Só tem uma utilidade o pobre no nosso país: votar. Título de eleitor na mão e diploma de burro no bolso, para votar no governo que está aí. Só para isso e mais nada serve, então, essa nefasta política de bolsas do governo.

[...] Já está mais do que na hora de discutirmos uma política que venha a conter essa explosão demográfica, caso contrário ficaremos apenas votando nesta Casa matérias do tipo Bolsa Família, empréstimos para pobres, vale- gás etc.

Defendo a pena de morte e o rígido controle de natalidade, porque vejo a violência e a miséria cada vez mais se espelhando neste país. Quem não tem condições de ter filhos não deve tê-los. É o que defendo, e não estou preocupado com votos para o futuro. (BOLSONARO)<sup>5</sup>

Bolsonaro chegou a afirmar, em 2008, que desacredita na educação como solução para o país. “Não adianta nem falar em educação, porque a maioria do povo não está preparada para receber educação e não vai se educar. Só o controle de natalidade pode nos salvar do caos”<sup>6</sup>. Manifestou-se, também, de maneira a ativar pensamentos negativos em um grupo dominante, estimulando, assim, preconceitos em face daqueles grupos inferiorizados socialmente (RIOS, 2008).

Diante da transcrição das manifestações do deputado Jair Bolsonaro, proferidas ao longo de seus 27 anos de mandatos parlamentares, constata-se que configuram seu discurso equivocado, no qual se atribui a redução da família como solução da pobreza, quando na realidade é consenso que a pobreza e a falta de desenvolvimento advêm de vários aspectos e motivos: má distribuição de renda, falta de educação, má gestão pública e outros. Esse discurso impetuoso mostra que o sujeito que o profere ignora a realidade que o cerca. Essa trama discursiva equivocada gera conflitos, raiva e os problemas acabam por continuar e voltam a recair sobre as pessoas mais vulnerabilizadas, essencialmente mulheres negras e pobres, as quais, segundo ele, devem ser esterilizadas, desumanizando-as num discurso travestido de preocupação política e moral. Por conta da interseccionalidade intrinsecamente enraizada na sociedade, são as mulheres em situação de vulnerabilidade social que são desumanizadas e objetificadas no sentido de não mais se reproduzirem e aumentarem a parcela da sociedade que, para o parlamentar e presidenciável nas eleições de 2018, é a responsável por disseminar a miséria e a criminalidade do país.

Igualmente à ideia de política da esterilização humana, pode-se confrontar a atual crise sanitária provocada pela disseminação da Covid-19. Quando Bolsonaro fala sobre pessoas com “uma imunidade pequena”, sobre pessoas “mais fracas e suscetíveis a sofrer mais com a doença” (MAIA, 2020), ele se refere, especificamente, àquelas que vivem na pobreza ou miséria e que, por razão disso, têm suas vidas consideradas menos importantes.

5 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml> Acesso em: 10 jun. 2022.

6 <https://catarinas.info/a-trajetoria-de-bolsonaro-pelo-extermio-da-populacao-preta-e-pobre/> Acesso em 10 jun. 2022.

Quem são essas pessoas mais fracas? A pessoa às vezes vive na miséria, pobre ao extremo, então é fraca por natureza, vamos assim dizer, né?, dada a falta de uma alimentação mais adequada. Então, essas pessoas é que sofrem mais com esse vírus que chegou, mas eu tenho certeza que vai embora um dia.<sup>7</sup>

Ou seja, o presidente da República sabe que o novo coronavírus é mais letal nas regiões com os piores indicadores sociais, porque esta população possui as piores condições econômicas, falta de infraestrutura, etc.

A mais recente manifestação sobre esterilização proferida por Bolsonaro ocorreu em 23 de junho de 2018, momento em que afirmou que seu plano de governo traria uma proposta para modificação da atual Lei de Planejamento Familiar, a fim de que não haja mais investimentos do Estado em programas sociais, como Bolsa Família e Bolsa Escola: “[...] eu gostaria que o Brasil tivesse um programa de planejamento familiar. Um homem e uma mulher com educação dificilmente vão querer ter um filho a mais para engordar um programa social.”<sup>8</sup>

À vista do exposto, pode-se dizer que os discursos parlamentares que defendem a esterilização humana como forma de controle demográfico, direcionado à parte desamparada e desprotegida da sociedade, são desumanos. Mesmo que as justificativas fossem a diminuição ou o fim da pobreza e da violência no país, são argumentos que não se sustentam. Essa prática discursiva proferida por representantes do Estado pode ser considerada deflagradora de violências contra um grupo específico que, em face de suas inúmeras vulnerabilidades sociais, recebe a alcunha de população indesejada.

Em 2011, o presidente da nação, ao colocar que – “Tem que dar meios para quem, lamentavelmente, é ignorante e não tem meios de controlar sua prole. Porque nós aqui controlamos a nossa. O pessoal pobre não controla [a dele].”<sup>9</sup> – pode estimular e até intensificar o preconceito aos menos favorecidos, acarretando assim o aparecimento de conflitos muitos maiores aos grupos inferiorizados socialmente.

Esse discurso conflituoso e equivocado proferido por Bolsonaro não se faz apenas na contemporaneidade. Nos idos 1993, ele já defendia o controle demográfico como forma de administrar a criminalidade e a

7 <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-criticar-isolamento-total-diz-que-governo-nao-pode-impedir-ambulantes-de-trabalhar-1-24345302> Acesso em 10 jun. 2022.

8 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml> Acesso em 10 jun. 2022.

9 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml> Acesso em 10 jun. 2022.



pobreza, embora fosse inconstitucional, num discurso que desqualificava e inferiorizava a parcela mais vulnerabilizada da sociedade. Portanto, naquele momento, ele comungava das práticas discursivas que via na redução da família a solução para erradicação da pobreza. Além disso, somava-se a essa prática um discurso autoritário e anticivilizatório.

O dizer que reproduz a violência moral, a discriminação e a incivilidade contra grupos minoritários e vulnerabilizados socialmente provoca a segregação destes. Nessa orientação, a imunidade que os parlamentares possuem sobre sua liberdade de expressão pode incentivar que discursos sejam proferidos sem qualquer pudor e ética, constituindo, em muitos casos, no que a dogmática convencionou denominar de discurso de ódio.

Em 1992, logo no início de sua carreira parlamentar, Bolsonaro já demonstrava disposição para trabalhar sobre um controle rígido de natalidade, sob a alegação da eliminação do que considera um atraso para o progresso nacional. “Devemos adotar uma rígida política de controle da natalidade. Não podemos mais fazer discursos demagógicos, apenas cobrando recursos e meios do governo para atender a esses miseráveis que proliferam cada vez mais por toda esta nação.”<sup>10</sup> Nesta declaração, Bolsonaro se referiu aos métodos adotados pelo governo de Alberto Fujimori, presidente ditador do Peru, que esterilizou mais de 300 mil mulheres, em sua maioria aquelas de baixa renda e indígenas, sem qualquer consentimento. Bolsonaro considerava um atraso o Brasil não adotar a mesma política de esterilização realizada no Peru.

Como postula Michel Foucault (1998), “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 1998, p.29).

Assim, colocamo-nos juntamente a Foucault (1996), ao considerar que o discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente reflexão buscou trazer a compreensão de como as práticas discursivas sobre o planejamento familiar se fizeram ao longo dos anos e como a instituição não governamental BEMFAM atuou para a conquista ou não dos direitos reprodutivos das mulheres como forma de efetividade dos direitos humanos, legitimados na Carta Magna brasileira.

<sup>10</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml> Acesso em 10 jun. 2022.

Observou-se que há de se ter cautela com o incentivo à esterilização com o escopo de controle populacional baseado em critérios de gênero, raça e classe. A partir do conceito de interseccionalidade, que reclama atenção especial a grupos que sofram discriminações sobrepostas de raça/etnia, classe socioeconômica e gênero, por exemplo, questionou-se se a imposição da infertilização alcançaria o objetivo de planejamento familiar ou fomentaria discurso equivocado e maquiado como defesa de desenvolvimento nacional, além de solução para problemas como a pobreza.

Estimular a ideia de que a natalidade desordenada seria a causa do subdesenvolvimento, pobreza e criminalidade do país poderia justificar incentivo à esterilização compulsória. Tal opção poderia levar ao controle social sob pretexto de impulsionar o desenvolvimento e o progresso do país, em clara afronta aos direitos humanos e fundamentais de mulheres. Outrossim, a falta de políticas públicas que garantam acesso a informações e métodos contraceptivos que assegurem autonomia às mulheres, para decidirem e planejarem a prole, desautoriza o uso de medidas drásticas como a política de planejamento familiar que difunde a esterilização.

Com base no que foi descrito, nota-se que discursos políticos hostis e que miram mulheres desfavorecidas (seja por sua raça, cor ou credo) são incompatíveis com o princípio da dignidade da pessoa humana. Ademais, o controle de natalidade carregado de argumentos moralistas pode incentivar a incivilidade, o ódio, o enfraquecimento da cidadania e dos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, bem como afrontar os direitos humanos, não só das mulheres vulnerabilizadas socialmente, mas de todo e qualquer indivíduo que se enquadre em perfil desviante.

A política calcada em discurso equivocado e anticivilizatório naturaliza a desumanidade e incentiva o extermínio de grupo social vulnerável, afasta-se da sociedade igualitária e equânime, tanto na perspectiva individual das mulheres alvo do discurso de ódio, como social, obstaculizando a efetividade dos direitos humanos e fundamentais de uma sociedade cidadã, com prejuízo a todos.

Por fim, a construção de uma ética da existência cidadã equânime permeia-se pelo direito individual de escolha, de liberdade, sendo que esta só pode ser alcançada pelo conhecimento de si, do outro e da sua realidade. Para que isto exista, há que se ter o cuidado de si, aos moldes foucaultianos: o sujeito precisa ter acesso à cultura, ao conhecimento, à educação não só das palavras, mas de si mesmo, em que seu desejo, sua

vontade e o porquê de ela dever prevalecer. Só a partir do momento em que o sujeito aprender a se conduzir é que poderá ter “boa vida”.

## REFERÊNCIAS

ALEIXO, J. C. B. A política demográfica do Brasil. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, 1974.

ALVES, José Eustáquio Diniz. As políticas populacionais e o planejamento familiar na América Latina e no Brasil. Rio de Janeiro: **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2006. 52 p.

ALVES, A. M. Memória da esterilização feminina: um estudo geracional. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 07, p. 187-207, 2017.

\_\_\_\_\_. A trajetória do Centro de Pesquisas e Atenção Integrada à Mulher e à Criança (1975- 1992). Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**. v. 4, p. 180-216. jul./dez. 2014.

BEMFAM. **As motivações da anticoncepção**. Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 3, set. 1971.

BRAGON, Raier. **Bolsonaro defendeu a esterilização de pobres para combater miséria e crime**. Folha de São Paulo, Brasília, 13 jun. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/bolsonaro-defendeu-esterilizacao-de-pobres-para-combater-miseria-e-crime.shtml>

CAETANO, André Junqueira. Ascensão e queda da laqueadura tubária no Brasil? Uma avaliação das pesquisas de demografia e saúde de 1986, 1996 e 2006. Em: **Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2010. Acesso em: 07 dez. 2021.

CORRÊA, Sônia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 147-177, 1996. Acesso em 08 jun. 2022.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

HITA, Maria Gabriela. Esterilização e raça: pontos para refletir sobre a sexualidade brasileira. In: **Anais do 12º Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 2000, p. 1-25.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, n. 35, p. 16, 2015. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>

FERREIRINHA E RAITZ. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas de Ferreirinha e Raitz**. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdB/YKZC8CnwDDtq/?format=pdf&lang=pt>.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993. 203 p.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito** (1981-1982). Trad. Márcio Alves e Salma Tannus. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 541 p. (Coleção tópicos).

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. 160 p.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975- 1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999a. 383p. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. Entrevista com Michel Foucault, por Sérgio Paulo Rouanet e José Guilherme Merquior. In: ROUANET, Sergio Paulo. (Org.). **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel F.** (2008).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 15. ed. Tradução Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b. 152 p.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 233 p.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005. 247 p.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 295 p.

\_\_\_\_\_. **Tecnologias del yo – Y otros textos afines**. Tradução de Mercedes Allendesalazar. 1. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990. 150p. (Coleção Pensamiento Contemporáneo, 7).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 262 p.

KISSINGER, Henry A. **Memorando de estudo de segurança nacional (NSSM) 200**.1974. Parte Dois: recomendações políticas.

LARANJEIRA, A.G. **A imprensa católica e os direitos humanos: O Semanário "O SÃO PAULO" no Contexto do Estado Autoritário Brasileiro**, 2016. Mestrado UNIP, Brasil.

MAIA, Gustavo. **Bolsonaro volta a criticar isolamento total e diz que governo não pode impedir ambulantes de trabalhar**. O Globo, Rio de Janeiro, 01 abr. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-criticar-isolamento-total-diz-que-governo-nao-pode-impedir-ambulantes-de-trabalhar-1-24345302>>

MARTINS, Vinicius. Genocídio na saúde: da esterilização às mortes maternas. In: MARTINS, Vinicius. **Genocídio na saúde: da esterilização às mortes maternas**. Alma Preta, 2017 Acesso em: 07 dez. 2021.

MCLAREN, Angus. **Historia de los anticonceptivos: De la antigüedad a nuestros días**. Madrid: Minerva Ediciones, 1993.

MENEZES, Valderiza Almeida. Corpo de batalha, corpo de luta: prostitutas entre a liberação de costumes e associativismo (Fortaleza, 1970-1990). **Tese** (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

PONTES, A. C. S. J. E. **População de rua do Distrito Federal e o seu respectivo acesso aos serviços Públicos de Saúde**, 2009.

RIOS, Roger Raup. **Direito da antidiscriminação: discriminação direta, discriminação indireta e ações afirmativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

ROCHA, Maria Isabel Baltar. Política demografia e parlamento. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 1992.

RODRIGUES, Gilda de Castro. **Planejamento familiar**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RODRIGUES, Walter. **O planejamento familiar no Brasil**. Seminário brasileiro de população, São Leopoldo, RS, 27/30 de julho de 1973. Bemfam, Rio de Janeiro, 1973, p. 5 (texto mimeografado).

ROSS, Loretta J.; SOLINGER, Rickie. **Reproductive justice: an introduction**. Oakland: University of California Press, 2017.

SCHIAVO, Márcio. **Tome Ciência – Planejamento Familiar**. Programa nº 93 Fita TVE nº 18796 de 26/08/1989. Youtube, 19 abril 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/hiXdkAo4DAU>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

VEIGA-NETO, A. (2011). Governamentalidades, neoliberalismo e educação. In G. BRANCO, A. VEIGA-NETO (Org.), **Foucault: Filosofia & política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Recebido em: 11/06/2022

Aceite em: 15/06/2022